

EPR Via Mineira S.A.

Informações Trimestrais – ITR

Período de 20 de maio a 30 de setembro de 2024
com Relatório de Revisão do Auditor
Independente

EPR Via Mineira S.A.

Informações trimestrais - ITR

Período de 20 de maio a 30 de setembro de 2024

Índice

Comentário de desempenho	2
Relatório do auditor independente sobre as informações trimestrais.....	13
Balanço patrimonial.....	15
Demonstração do resultado	17
Demonstração do resultado abrangente.....	18
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	19
Demonstração dos fluxos de caixa.....	20
Demonstração do valor adicionado.....	21
Notas explicativas às informações trimestrais.....	22



EPR Via Mineira S.A.

Comentário de Desempenho 3ITR 2024

Comentário de Desempenho 3T24

Belo Horizonte (MG), 19 de novembro de 2024 – A EPR Via Mineira S.A. (“Companhia” ou “Via Mineira”) divulga seus resultados referentes aos períodos de 20/05/2024 à 30/09/2024 (“9M24”) e três meses (“3T24”) findos em 30 de setembro de 2024.

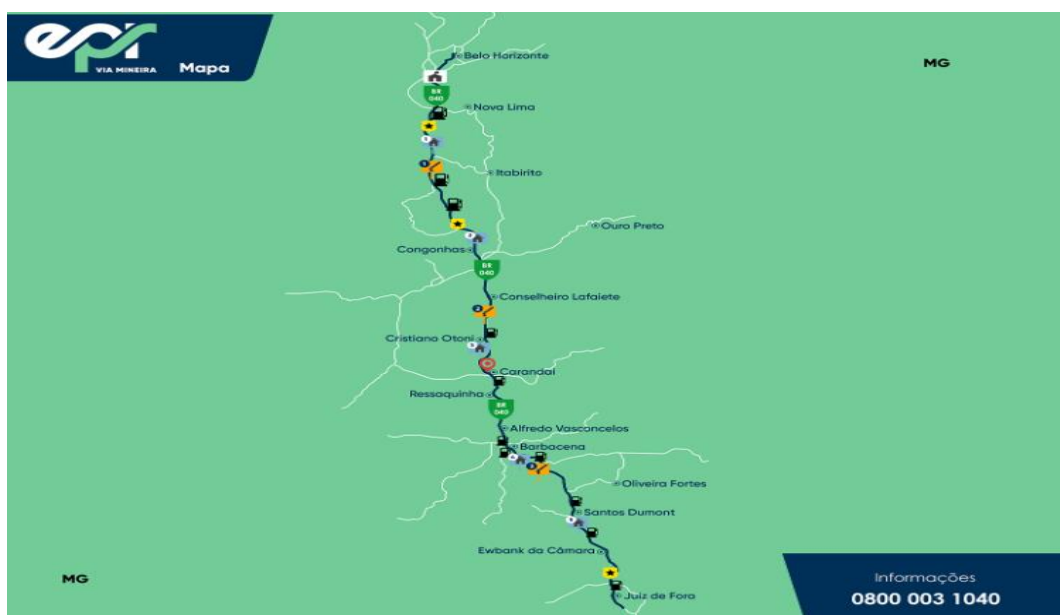
EPR Via Mineira S.A.

A EPR Via Mineira S.A. (Companhia) foi constituída em 20 de maio de 2024, tendo por objeto social, a exploração da concessão de serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do Rodovia BR-040/MG, no trecho compreendido entre Belo Horizonte até Juiz de Fora, nos termos, no prazo e nas condições estabelecidas no Edital de Concessão 04/2023 da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) e do Contrato de Concessão.

O “Contrato n.º 004/2023” foi celebrado em 04 de julho de 2024 com o Estado de Minas Gerais, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT. O prazo de concessão é de 30 anos, a contar da data da eficácia do contrato, obtida em 04 de julho de 2024.

A Concessionária opera 03 praças de pedágio e 05 Postos de Atendimento ao longo dos 232 quilômetros de extensão do trecho concedido, cruzando 15 municípios, todos no estado de Minas Gerais.

A principal fonte de receita da Companhia ocorre através da arrecadação da tarifa de pedágio, cuja cobrança teve início em 06 de agosto de 2024. A tarifa de pedágio poderá ser reajustada anualmente ou em casos excepcionais, conforme regramento do contrato de concessão.



Grupo EPR

A EPR 2 Participações S.A. (“EPR 2”), acionista controladora indireta da EPR Via Mineira, é uma plataforma de investimentos em concessões de rodovias e mobilidade, com o propósito de prestar serviços a usuários, administrar e realizar investimentos para modernização e manutenção das rodovias concedidas pelo Poder Público, contribuindo para o desenvolvimento sustentável das regiões em que atua. A empresa é a consolidação da parceria da Equipav, com mais de 60 anos de experiência em infraestrutura, com a Perfin, gestora de fundos de investimentos em infraestrutura.

A EPR 2, por meio da EPR Via Mineira, EPR Triângulo, da EPR Vias do Café, EPR Sul de Minas e EPR Litoral Pioneiro (sociedades de propósito específico), administra, respectivamente, quatro concessões de rodovias no Estado de Minas Gerais e uma concessão de rodovia no Estado do Paraná.

Destaques

Início

O Grupo EPR arrematou o processo licitatório (1º da relicitação da BR-040) no dia 11 de abril de 2024. O contrato junto à ANTT foi firmado no dia 04 de julho de 2024, sendo a assunção do contrato no dia 06 de agosto de 2024, data em que se iniciou a cobrança nas três praças de pedágio (Itabirito, Conselheiro Lafaiete e Barbacena).

Aumento de capital

Em 20 de maio de 2024, a Companhia foi constituída com a subscrição de 100 (cem) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, emitidas por R\$ 1,00 (um real) por ação, perfazendo o total de R\$ 100,00 reais, e a integralização do valor total dessas ações pelos acionistas.

Em 11 de junho de 2024, foram subscritas 340.000.000 (trezentos e quarenta milhões) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ao preço de R\$ 1,00 (um real) por ação, perfazendo o total de R\$ 340.000.000, pelo acionista EPR Infraestrutura MG S.A. O valor parcialmente integralizado no capital social foi de R\$ 173.000 mil. Conforme definido no contrato de concessão, a Companhia tem o compromisso de aportar o restante do valor a integralizar até 04 de julho de 2025, 12 meses após o início das operações.

Operação

- A cobrança de pedágio iniciou-se em 6 de agosto de 2024.
- A receita bruta com arrecadação de pedágio da Companhia foi de R\$ 62,4 milhões no 9M24.
- A receita líquida ajustada* no 9M24 foi de R\$ 57,0 milhões.
- O tráfego no 9M24 foi de 5,1 milhões de eixos equivalentes**
- O EBITDA do 9M24 foi de R\$ 43,4 milhões.
- No período de nove meses de 2024, a Companhia realizou investimentos de R\$ 26,9 milhões, com destaque para obras de Trabalhos Iniciais, conforme o Programa de Exploração da Rodovia (PER).

* Receita líquida ajustada desconsidera a receita de construção

** Eixos equivalentes: refere-se à quantidade de eixos pagantes de cada veículo

Marcos da Concessão

Nos três primeiros meses de atuação na BR-040, a EPR Via Mineira vem mostrando resultados expressivos no trecho entre Belo Horizonte e Juiz de Fora, com uma série de intervenções que buscam ampliar a segurança e o conforto dos motoristas. Até agora, a concessionária prestou 7.825 atendimentos emergenciais, recuperou 70 quilômetros de pavimento, revitalizou aproximadamente 190 quilômetros de sinalização horizontal e instalou mais de 420 novas placas de sinalização vertical. A infraestrutura foi reforçada com a retirada de 135 toneladas de resíduos das margens, roçada de 714 quilômetros de vegetação e limpeza de 89 quilômetros dos sistemas de drenagem.

No período de três meses, a EPR Via Mineira registrou 2.797 atendimentos solicitados diretamente pelos motoristas e 5.028 ocorrências identificadas pelas equipes de patrulha ao longo dos 232 quilômetros sob sua concessão. Entre os incidentes mais comuns, destacam-se 3.925 panes mecânicos e 166 focos de incêndio. A concessionária também executou a remoção de 1.861 veículos e prestou 655 atendimentos pré-hospitalares.



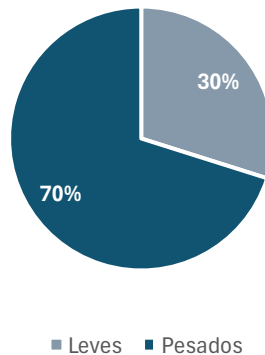
Como parte do Plano de 100 dias, lançado em conjunto com a sociedade para identificar e atacar rapidamente 42 pontos críticos da rodovia, a EPR Via Mineira já concluiu várias intervenções de impacto imediato. Entre as ações, destaca-se a requalificação da Curva da Celinha, em Itabirito, com melhorias na pavimentação, sinalização e dispositivos de segurança. A obra foi executada principalmente à noite para reduzir os impactos no tráfego e visa aumentar a visibilidade dos motoristas, incentivando a redução de velocidade.



Outras intervenções incluem a instalação de 20 postes de iluminação LED e a criação de uma nova faixa de aceleração no Trevo de Moeda, também em Itabirito, medidas que têm contribuído para melhorar o fluxo e a segurança na região. Em Conselheiro Lafaiete, no Trevo do Paulo VI, a revitalização do pavimento e a instalação de tachões e balizadores estão em andamento, reforçando a segurança dos condutores em todo o trajeto.



Tráfego



O tráfego acumulado no 9M24 foi de 5,1 milhões de eixos equivalentes*, sendo 1,5 milhões de veículos leves e 3,6 milhões de veículos pesados.

Tráfego em milhares de eixos equivalentes	9M24	9M24 %
Leves	1.533	30%
Pesados	3.598	70%
Total	5.131	100%

*Eixos equivalentes: refere-se à quantidade de eixos pagantes de cada veículo

Tarifa Média

A tarifa média por eixo equivalente no 9M24 foi de R\$ 12,16.

Receita Operacional Líquida

A cobrança de pedágio iniciou-se em 6 de agosto de 2024. Dessa forma, não houve receita de arrecadação de pedágio no 9M23 e 3T23, respectivamente. Apresentamos a receita apurada abaixo:

Receita operacional líquida (R\$ mil)	9M24	3T24
Receitas operacionais	111.110	100.592
Receita de serviços prestados	62.400	62.400
Receita de serviços de construção	48.710	38.192
Imposto sobre receita de serviços prestados	(5.315)	(5.315)
Receita Líquida	105.795	95.277
Receita Líquida Ajustada	57.085	57.085

* Receita líquida ajustada desconsidera a receita de construção

A receita com arrecadação de pedágio foi de R\$ 62,4 milhões no 9M24.

A receita líquida totalizou R\$ 105,8 milhões no 9M24 e a receita líquida ajustada (excluindo a receita com serviços de construção) totalizou R\$ 57,0 milhões.

No período de 9M2024, 71,6% da arrecadação foi pela modalidade automática (AVI).

Custos e Despesas

Custos e despesas por natureza (R\$ mil)	9M24	3T24
Custo dos serviços de construção	(48.710)	(38.192)
Com pessoal	(5.462)	(5.327)
Serviços de terceiros	(4.804)	(4.783)
Verba de fiscalização	(3.275)	(3.275)
Depreciação e amortização	(1.221)	(1.215)
Seguros e garantias	(1.062)	(1.062)
Conservação	(359)	(359)
Aluguel	(113)	(95)
Outro	(846)	(852)
Total dos Custos e Despesas	(65.852)	(55.160)

No período de nove meses de 2024, os custos de serviços de construção foram de R\$ 48,7 milhões de um total de R\$ R\$ 65,9 milhões, representando 74% do total de custos operacionais.

EBITDA

O EBITDA totalizou R\$ 44,7 milhões no 9M24, com margem EBITDA ajustada de 78,4%.

EBITDA (R\$ mil)	9M24	3T24
Receita líquida ¹	105.795	95.277
Receita de serviços de construção	(48.710)	(38.192)
Receita Líquida Ajustada	57.085	57.085
Custos operacionais	(60.879)	(50.361)
Despesas operacionais	(4.973)	(4.799)
Custo de serviços de construção	48.710	38.192
Custos Operacionais (s/ custos de construção)	(17.142)	(16.968)
EBIT	39.943	40.117
Depreciação e amortização	4.804	4.783
EBITDA	44.747	44.900
Margem EBITDA ajustada ²	78,4%	78,7%

¹ A receita líquida ajustada é representada pela receita operacional líquida menos a receita de construção.

² A Margem EBITDA é calculada pela divisão do EBITDA pela receita operacional líquida, excluindo a receita de construção.

Conforme a Resolução CVM nº156, de 23 de junho de 2022, segue abaixo a reconciliação do lucro (prejuízo) líquido para o EBITDA:

EBITDA (R\$ mil)	9M24	3T24
Lucro (Prejuízo) Líquido	28.522	28.568
(+) IR e CS - correntes e diferidos	14.732	14.756
(+) Resultado financeiro	(3.311)	(3.207)
(+) Depreciação e amortização	4.804	4.783
EBITDA	44.747	44.900

Resultado Financeiro

Resultado Financeiro (R\$ mil)	9M24	3T24
Receitas Financeiras	3.744	3.636
Rendimento de aplicações financeiras	3.744	3.636
Despesas Financeiras	(433)	(429)
Ajuste a valor presente	(187)	(187)
Encargos financeiros	(16)	(16)
Outras despesas financeiras	(230)	(226)
Resultado Financeiro	3.311	3.207

O resultado financeiro líquido foi de R\$ 3,3 milhões no 9M24. Este valor representa um incremento de lucro financeiro impactado principalmente pelo rendimento das aplicações financeiras, oriundas do capital aplicado.

Endividamento

Endividamento (R\$ mil)	9M24
Arrendamento mercantil a pagar	23.452
Caixa e equivalentes de caixa	(164.501)
Dívida Líquida	(141.049)

O saldo positivo de endividamento se dá pelas aplicações financeiras realizadas, visto o início da cobrança do pedágio, o qual gerou mais capital a ser aplicado. Há também o fato de as debêntures terem sido captadas pela sua controladora direta (EPR Infraestrutura MG S.A.), portanto não há saldo de debênture a pagar registrado na EPR Via Mineira.

CAPEX

CAPEX	9M24	%
Imobilizado	2.719	10,1%
Infraestrutura em construção	23.962	88,8%
Intangível	303	1,1%
TOTAL	26.984	100%

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2024, a Companhia realizou investimentos em ativos na ordem de R\$ 27,0 milhões, sendo a maior representatividade as obras de atendimento ao PER, com destaque para trabalhos iniciais, conforme preconiza o contrato de concessão.

Lucro (Prejuízo) Líquido

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2024, a Companhia apresentou um lucro líquido de R\$ 28,5 milhões.

Governança Corporativa

Conselho de Administração

A EPR Via Mineira, em linha com o grupo EPR, tem o intuito em adotar as melhores práticas de governança corporativa no mercado por meio da futura instituição do Conselho de Administração. Atualmente, adota as mesmas práticas de governança corporativa de seus controladores.

O Conselho de Administração terá como atribuições: fixar a orientação geral dos negócios da Companhia; eleger e destituir membros da Diretoria; convocar assembleia geral ordinária e extraordinária; manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria; entre outras atribuições.

Revisão e Informações Trimestrais (ITR)

As informações trimestrais foram elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstrações Intermediárias, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), equivalente à "IAS 34" - Interim Financial Reporting e estão apresentadas de forma condizentes com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais ("ITR").

Relacionamento com a Auditoria Externa

A política da Companhia na contratação de eventuais serviços não relacionados à auditoria externa junto ao auditor independente fundamenta-se nos princípios que preservam a independência do auditor, quais sejam: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

A Companhia informa que a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Ltda, prestadora dos serviços de auditoria externa à Companhia, não prestou outros serviços além da auditoria, que possam levar a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade dos serviços de auditoria prestados.

Declaração da Administração

A Administração da Concessionária EPR Via Mineira S.A. declara, nos termos do artigo 27 da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, que revisou, discutiu e concordou i) com as Informações Trimestrais relativas ao período de nove meses findos em 30 de setembro de 2024 e (ii) com o conteúdo e conclusão expressos no relatório sobre a revisão de informações trimestrais do auditor Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda..

Demonstração de Resultado

Demonstração do resultado (em R\$ mil)	9M24	3T24
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	105.795	95.277
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(60.879)	(50.361)
LUCRO BRUTO	44.916	44.916
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		
Despesas gerais e administrativas	(4.973)	(4.799)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	39.943	40.117
RESULTADO FINANCEIRO	3.311	3.207
Receitas financeiras	3.744	3.636
Despesas financeiras	(433)	(429)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	43.254	43.324
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(14.732)	(14.756)
Correntes	(20.478)	(20.478)
Diferidos	5.746	5.722
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	28.522	28.568
LUCRO POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO - R\$	0,1973	0,1651

Balanço Patrimonial

ATIVO	30/09/2024	PASSIVO	30/09/2024
CIRCULANTE		CIRCULANTE	
Caixa e equivalentes de caixa	164.501	Fornecedores	29.626
Contas a receber	24.719	Arrendamento mercantil a pagar	5.642
Partes relacionadas	82	Obrigações sociais	2.262
Impostos a recuperar	332	Obrigações fiscais	16.810
Adiantamentos a fornecedores	3.803	Verba de fiscalização	713
Outros ativos	2.789	Partes relacionadas	1.038
		Credores pela concessão	685
Total do ativo circulante	196.226	Total do passivo circulante	56.776
NÃO CIRCULANTE		NÃO CIRCULANTE	
Valores a receber do poder concedente	427	Arrendamento mercantil a pagar	17.810
Recursos vinculados	1.310	Credores pela concessão	1.872
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.746		
Realizável a longo prazo	7.483	Total do passivo não circulante	19.682
Direito de uso em arrendamento Imobilizado	22.572	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Infraestrutura em construção	2.713	Capital social	173.000
Intangível	37.778	Lucros acumulados	28.522
	11.208		
Total do ativo não circulante	81.754	Total do patrimônio líquido	201.522
TOTAL DO ATIVO	277.980	Total dos passivos	76.458
		TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	277.980

Demonstração de Fluxo de Caixa

Demonstração de fluxo de caixa (em R\$ mil)	9M24
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	
Lucro/Prejuízo antes dos tributos	43.254
Ajustes de:	
Depreciação e amortização	1.221
Ajuste a valor presente	187
Recursos vinculados	1.872
Redução (aumento) dos ativos operacionais:	
Contas a receber	(24.719)
Partes relacionadas	(82)
Valores a receber do poder concedente	(427)
Impostos a recuperar	(332)
Adiantamentos a fornecedores	(3.803)
Outros ativos	(2.789)
Aumento (redução) dos passivos operacionais:	
Fornecedores	4.878
Partes relacionadas	1.038
Obrigações sociais	2.262
Obrigações fiscais	3.541
Verba de fiscalização	713
Credores pela concessão	685
Caixa gerado pelas atividades operacionais	27.499
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(7.209)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	20.290
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	
Aquisições de itens de infraestrutura em construção	(23.962)
Aquisições de itens de imobilizado	(2.719)
Aquisições de itens de intangível	(303)
Recursos vinculados aplicados	(1.310)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(28.294)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	
Pagamento arrendamento mercantil	(495)
Aumento de capital social e reserva de capital	173.000
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	172.505
REDUÇÃO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	164.501
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	-
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO EXERCÍCIO	164.501

Relatório do auditor independente sobre as informações trimestrais

Aos administradores e acionistas da
EPR Via Mineira S.A.
Belo Horizonte – MG

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da EPR Via Mineira S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao período findo em 30 de setembro de 2024, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três meses e de 20 de maio a 30 de setembro findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 20 de maio a 30 de setembro findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Responsabilidade da diretoria sobre as informações contábeis intermediárias

A diretoria é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21 Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

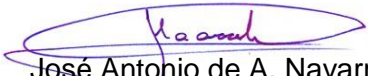
Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de 20 de maio a 30 de setembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Campinas, 19 de novembro de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-027623/F



José Antonio de A. Navarrete
Contador CRC-SP198698/O

EPR Via Mineira S.A.

Balanço patrimonial

Em 30 de setembro de 2024

(Em milhares de Reais)

ATIVOS	Nota explicativa	30.09.2024
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	4	164.501
Contas a receber	5	24.719
Partes relacionadas	13	82
Impostos a recuperar		332
Adiantamentos a fornecedores		3.803
Outros ativos		2.789
Total dos ativos circulantes		196.226
NÃO CIRCULANTE		
Realizável a longo prazo		
Valores a receber do poder concedente	6	427
Recursos vinculados	8	1.310
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	5.746
Total do realizável a longo prazo		7.483
Investimentos		
Direito de uso em arrendamento	9	22.572
Imobilizado	10	2.713
Infraestrutura em construção	11	37.778
Intangível	12	11.208
Total dos investimentos		74.271
Total dos ativos não circulantes		81.754
TOTAL DOS ATIVOS		277.980

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

EPR Via Mineira S.A.

Balanço patrimonial

Em 30 de setembro de 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	30.09.2024
	explicativa	
PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
CIRCULANTE		
Fornecedores	14	29.626
Arrendamento mercantil a pagar	17	5.642
Obrigações sociais	15	2.262
Obrigações fiscais	16	16.810
Verba de fiscalização		713
Partes relacionadas	13	1.038
Credores pela concessão	18	685
Total dos passivos circulantes		56.776
NÃO CIRCULANTE		
Arrendamento mercantil a pagar	17	17.810
Credores pela concessão	18	1.872
Total dos passivos não circulantes		19.682
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	19	
Capital social		173.000
Lucros acumulados		28.522
Total do patrimônio líquido		201.522
TOTAL DOS PASSIVOS		76.458
TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		277.980

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

EPR Via Mineira S.A.

Demonstração do resultado

Períodos de três meses e de 20 de maio a 30 de setembro findos em 30 de setembro de 2024
(Em milhares de Reais, exceto pelo lucro por ação)

	Nota explicativa	20.05.2024 a 30.09.2024	01.07.2024 a 30.09.2024
Receita operacional líquida	20	105.795	95.277
Custo dos serviços prestados	21	(60.879)	(50.361)
LUCRO BRUTO		44.916	44.916
Despesas gerais e administrativas	21	(4.973)	(4.799)
LUCRO OPERACIONAL		39.943	40.117
Receitas financeiras	22	3.744	3.636
Despesas financeiras	22	(433)	(429)
RESULTADO FINANCEIRO		3.311	3.207
LUCRO OPERACIONAL ANTES DOS IMPOSTOS		43.254	43.324
Imposto de renda e contribuição social		(14.732)	(14.756)
Correntes	7	(20.478)	(20.478)
Diferidos	7	5.746	5.722
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		28.522	28.568
RESULTADO POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO - R\$	23	0,1973	0,1651

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

EPR Via Mineira S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Períodos de três meses e de 20 de maio a 30 de setembro findos em 30 de setembro de 2024
(Em milhares de Reais)

	<u>20.05.2024 a</u> <u>30.09.2024</u>	<u>01.07.2024 a</u> <u>30.09.2024</u>
LUCRO DO PERÍODO	28.522	28.568
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	<u>28.522</u>	<u>28.568</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

EPR Via Mineira S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Período de 20 de maio a 30 de setembro de 2024

(Em milhares de Reais)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>Capital social subscrito</u>	<u>Capital social a integralizar</u>	<u>Capital social integralizado</u>	<u>Lucros acumulados</u>	<u>Total</u>
Constituição da Companhia em 20 de maio de 2024	19	-	-	-	-	-
Aumento de capital social	19	340.000	(167.000)	173.000	-	173.000
Lucro do período		-	-	-	28.522	28.522
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2024		340.000	(167.000)	173.000	28.522	201.522

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

EPR Via Mineira S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Período de 20 de maio a 30 de setembro de 2024

(Em milhares de Reais)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>30.09.2024</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro antes dos tributos		43.254
Ajustes de:		
Depreciação e amortização	21	1.221
Ajuste a valor presente	22	187
Recursos vinculados	18	1.872
Redução (aumento) dos ativos operacionais:		
Contas a receber	5	(24.719)
Valores a receber do poder concedente	6	(427)
Partes relacionadas	13	(82)
Impostos a recuperar		(332)
Adiantamentos a fornecedores		(3.803)
Outros ativos		(2.789)
Aumento (redução) dos passivos operacionais:		
Fornecedores	14 e 27	4.878
Obrigações sociais	15	2.262
Obrigações fiscais	16	3.541
Partes relacionadas	13	1.038
Credores pela concessão	18	685
Verba de fiscalização		713
Caixa gerado pelas atividades operacionais		27.499
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(7.209)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		20.290
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisições de itens de infraestrutura em construção	11 e 27	(23.962)
Aquisições de itens de imobilizado	10	(2.719)
Aquisições de itens de intangível	12	(303)
Recursos vinculados aplicados	8	(1.310)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(28.294)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Pagamento arrendamento mercantil	17	(495)
Aumento de capital social e reserva de capital	19	173.000
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		172.505
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		164.501
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO		-
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO PERÍODO		164.501

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

EPR Via Mineira S.A.

Demonstração do valor adicionado

Período de 20 de maio a 30 de setembro de 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	30.09.2024
RECEITAS		
Prestação de serviços	20	62.400
Receita dos serviços de construção	20	48.710
		111.110
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Custo dos serviços prestados		(787)
Custo dos serviços de construção	21	(48.710)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(4.619)
Custo da concessão		(4.503)
Outros custos		(437)
		(59.056)
VALOR ADICIONADO BRUTO		52.054
DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES	21	(1.221)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO (RETIDO)		50.833
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	22	3.744
		3.744
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		54.577
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal e encargos:		5.462
Remuneração direta		4.722
Benefícios		518
FGTS		222
Impostos, taxas e contribuições:		20.103
Federais (incluindo IOF)		17.065
Municipais		3.038
Remuneração de capitais de terceiros:		29.012
Aluguéis		113
Outras despesas financeiras		377
Lucro do período		28.522
		54.577

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

EPR Via Mineira S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais
Período findo em 30 de setembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Concessionária EPR Via Mineira (“Via Mineira” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, de propósito específico estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede na Rua Juiz Achilles Velloso, nº 160, bairro Estoril, Belo Horizonte MG, Brasil.

Constituída em 20 de maio de 2024, a Companhia tem por objeto social, a exploração da concessão de serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do Rodovia BR-040/MG, no trecho compreendido entre Belo Horizonte até Juiz de Fora, nos termos, no prazo e nas condições estabelecidas no Edital de Concessão 04/2023 da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) e do Contrato de Concessão. A concessão tem prazo de 30 anos a contar da data da assunção do contrato, firmada em 04 de julho de 2024.

A principal fonte de receita da Companhia ocorre através da arrecadação da tarifa de pedágio, cuja cobrança teve início em 06 de agosto de 2024. A primeira revisão ordinária da tarifa de pedágio ocorrerá seis meses após o fim do primeiro ano de concessão. As revisões ordinárias dos anos subsequentes serão realizadas anualmente no mesmo dia e mês em que foi realizada a primeira revisão ordinária.

Segmento Operacional

O principal órgão tomador de decisões da Companhia, responsável pela definição da alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é a diretoria, e a diretoria avaliou a natureza do ambiente regulado em que opera e identificou que sua atuação tem como finalidade a prestação de serviços de operação de rodovias (utilidade pública), a qual é utilizada, inclusive, para o gerenciamento das operações e tomada de decisões estratégicas, sendo a única origem de fluxos de caixa operacionais. Sendo assim, concluiu que atua apenas nesse único segmento operacional.

2. Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias da Companhia, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao período de 20 de maio a 30 de setembro de 2024, compreendem as informações contábeis intermediárias elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstrações Intermediárias, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), equivalente à “IAS” 34 - Interim Financial Reporting e estão apresentadas de forma condizentes com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

A emissão das Informações Trimestrais - ITR foi autorizada pela diretoria em 19 de novembro de 2024.

Todas as informações relevantes próprias da Informações Trimestrais - ITR, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela diretoria na sua gestão.

Conforme divulgado na nota explicativa nº 1, a Companhia foi constituída em 20 de maio de 2024, por esse motivo não estão sendo apresentados o balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2023 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado do período comparativo de 30 de setembro de 2023.

EPR Via Mineira S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais
Período findo em 30 de setembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas informações contábeis intermediárias são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("moeda funcional). As informações contábeis intermediárias estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamento

Na preparação destas informações contábeis intermediárias, a diretoria utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

2.4 Base de mensuração

As informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no custo histórico.

3. Políticas contábeis materiais

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente ao exercício social apresentado nestas informações contábeis intermediárias.

3.1 Receitas de contratos com clientes

A Companhia reconhece suas receitas, pelo seu valor justo, à medida que satisfaz as obrigações de desempenho. As principais fontes de receita da Companhia estão descritas a seguir:

As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários das rodovias.

As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços.

Conforme definido no ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviço de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, com base no estágio da obra realizada. Essa receita é composta pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos financiamentos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é próxima a zero.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

EPR Via Mineira S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais
Período findo em 30 de setembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.2 Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

(i) Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios utilizado para a gestão desses ativos financeiros. A Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e também com o objetivo de venda.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou passivos financeiros ao custo amortizado, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

EPR Via Mineira S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais
Período findo em 30 de setembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(ii) Mensuração subsequente

Ativos financeiros

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros da Companhia são classificados em duas categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumento de dívida);

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

São apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Passivos financeiros

Após o reconhecimento inicial são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transfere o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado.

EPR Via Mineira S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais
Período findo em 30 de setembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.

Passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

(iv) Compensação

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

3.3 Ativos intangíveis

A Companhia reconhece ativo intangível vinculado ao direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, que inclui os custos de empréstimos capitalizados deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A amortização é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que os ativos intangíveis estão disponíveis para uso, já que o método de reconhecimento de amortização por meio da projeção da curva de tráfego é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

A infraestrutura em construção representa os bens vinculados à concessão durante o período de construção ou de melhoria e, quando concluídos, são transferidos para a rubrica de “Ativo intangível”.

3.4 Capitalização de custos

Os custos de mão de obra diretamente atribuíveis à aquisição e/ou construção da infraestrutura em construção, incluindo outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses possam operar, são capitalizados durante a fase de construção e/ou melhoria.

3.5 Fornecedores

Refere-se a obrigações a pagar de prestação de serviços, cauções contratuais, fornecimentos de materiais e insumos destinados predominantemente ao imobilizado e execução de obras na rodovia.

EPR Via Mineira S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais
Período findo em 30 de setembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.6 Redução ao valor recuperável (impairment)

3.6.1 Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e mensuram a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o credor pague integralmente suas obrigações de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 360 dias;
- Reestruturação de um valor devido em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

EPR Via Mineira S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais
Período findo em 30 de setembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte, sem expectativa de recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. Para créditos baixados com perda, recuperados através de ações comerciais, eventuais descontos concedidos são reconhecidos no resultado financeiro.

3.6.2 Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

3.7 Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura

A infraestrutura recebida e/ou construída pelo concessionário não é registrada como ativo imobilizado, porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. Os contratos preveem apenas acesso a esses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e podendo operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante um determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente pelos serviços de construção.

EPR Via Mineira S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais
Período findo em 30 de setembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

No caso da Companhia não está previsto no contrato de concessão qualquer remuneração ao final do prazo de exploração da infraestrutura, portanto nenhum ativo financeiro foi reconhecido nas informações contábeis intermediárias.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria e ampliação em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é próxima a zero.

3.8 Demais ativos circulantes e não circulante

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

3.9 Provisões

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Companhia tiver uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

3.10 Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações, quando houver, serão reconhecidos como redução do patrimônio líquido.

3.11 Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

3.12 Benefícios a empregados

Benefício de curto prazo a empregados.

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensurados em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço correspondente seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tiver uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

EPR Via Mineira S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais
Período findo em 30 de setembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.13 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e juros e multa recebidos ou auferidos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros.

3.14 Imposto de renda e contribuição social

(i) Lucro real

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

(ii) Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das informações contábeis intermediárias.

(iii) Imposto diferido

O tributo diferido é reconhecido tendo como base as diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das informações contábeis intermediárias.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

As despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social descritas acima, compreendem o Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos que são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou aos itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

EPR Via Mineira S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais
Período findo em 30 de setembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(iv) Exposições fiscais

Na determinação do imposto de renda a Companhia levam em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação ao exercício fiscal em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das Leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levaria a Companhia mudarem os seus julgamentos quanto à adequação da provisão existente. Tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos, quando apurados, são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

3.15 Tributos sobre prestações de serviços

Para o PIS e COFINS, a Companhia é enquadrada no regime não cumulativo, porém, para concessionárias de rodovias, as alíquotas aplicáveis são aquelas do regime cumulativo, dessa forma, para as receitas operacionais são calculados com base nas alíquotas de 0,65% e 3%, para o PIS e COFINS, respectivamente. Para as receitas financeiras, são calculados com base nas alíquotas de 0,65% e 4%, para PIS e COFINS, respectivamente.

3.16 Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações ordinárias integralizadas em circulação durante o exercício.

O resultado por ação diluído é calculado dividindo-se o lucro líquido do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações ordinárias integralizadas em circulação durante o exercício, ajustadas por todas as potenciais ações ordinárias com efeito de diluição.

3.17 Demonstração de valor adicionado

Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das informações contábeis intermediárias e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

EPR Via Mineira S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais
Período findo em 30 de setembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.18 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações que são válidas para exercícios anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma).

- Alterações ao IFRS 16: Passivo de locação em um *Sale and Leaseback* (Transação de venda e retroarrendamento) – Especificação de requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém (equivale ao CPC 06);
- Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante – Especificação dos requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante e introdução de uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de covenants futuros dentro de doze meses (equivale ao CPC 26 (R1)); e
- Alterações ao IAS 7 e IFRS 7: Acordos de financiamento de fornecedores – Esclarecimento das características de acordos de financiamento de fornecedores e exigência de divulgações adicionais desses acordos com o objetivo de auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade (equivale ao CPC 40 (R1)).

Estas alterações não tiveram impacto nas informações contábeis intermediárias da Companhia.

3.19 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data das informações contábeis intermediárias da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

- Alterações ao IAS 21: Falta de permutabilidade;
- IFRS 18 – Apresentação e divulgação das demonstrações financeiras; e
- IFRS 19 – Subsidiárias sem obrigação pública: divulgação.

EPR Via Mineira S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais
Período findo em 30 de setembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30.09.2024</u>
Caixa e contas bancárias	783
Aplicações financeiras	163.718
Total	<u>164.501</u>

As aplicações financeiras correspondem a títulos lastreados em CDB e compromissadas, considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços. A rentabilidade é de 100,25% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 30 de setembro de 2024.

5. Contas a receber

	<u>30.09.2024</u>
Pedágio eletrônico a receber	24.719
Total	<u>24.719</u>

Aging do contas a receber:

	<u>30.09.2024</u>
A vencer	23.933
Vencidos:	
Até 3 meses	786
Total	<u>24.719</u>

A Companhia faz uma avaliação trimestral de seus títulos vencidos e reconhece provisão para perda de crédito esperado a medida que se torne improvável o seu recebimento. Em 30 de setembro de 2024, os títulos vencidos possuíam perspectiva de recuperação no curto prazo.

6. Valores a receber do poder concedente

	<u>30.09.2024</u>
Desconto de Usuário Frequente (“DUF”)	427
Total	<u>427</u>

O DUF é um benefício para usuários que trafegam frequentemente em rodovias pedagiadas, aplicável para veículos da Categoria 1 (automóvel, caminhonete e furgão), Categoria 3 (automóvel e caminhonete com semirreboque) e Categoria 5 (automóvel e caminhonete com reboque) que utilizam o Sistema de Cobrança Eletrônica. O desconto é concedido com base na frequência de utilização mensal de cada praça de pedágio e mensurado pela Companhia. No primeiro ano de concessão, o reembolso será pago pelo poder concedente no ano subsequente à apuração anual realizada pela Companhia. Após o primeiro ano de concessão, o reembolso será pago pelo poder concedente no mês subsequente à apuração mensal realizada pela Companhia.

EPR Via Mineira S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais
Período findo em 30 de setembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Imposto de renda e contribuição social

a) Conciliação entre a taxa efetiva e nominal do imposto de renda e a contribuição social

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social na demonstração do resultado do período de 20 de maio a 30 de setembro de 2024 é como segue:

	20.05.2024 a 30.09.2024	01.07.2024 a 30.09.2024
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	43.254	43.324
Alíquota vigente	34%	34%
Expectativa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	(14.706)	(14.730)
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Adições/exclusões permanentes	(26)	(26)
Total	(14.732)	(14.756)
Imposto de renda e contribuição social:		
Correntes	(20.478)	(20.478)
Diferidos	5.746	5.722
Total	(14.732)	(14.756)
Alíquota efetiva de impostos	34%	34%

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis pelo regime de competência.

EPR Via Mineira S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais
Período findo em 30 de setembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O imposto de renda e a contribuição social têm a seguinte composição:

	30.09.2024
Ativo fiscal diferido	
Provisão para fornecedores	5.408
Arrendamento mercantil	299
Provisão de participação nos lucros	243
	5.950
Passivo fiscal diferido	
Diferenças de amortização contábil e fiscal do intangível	(183)
Capitalização de custos	(21)
	(204)
Total	5.746

8. Recursos vinculados

A retenção do recurso vinculado aplicado em conta reserva é correspondente a 3% da receita tarifária arrecadada (Nota 21). O saldo em 30 de setembro de 2024 é de R\$ 1.310, referente aos depósitos realizados no período.

9. Direito de uso em arrendamento

	Guinchos (a)	Atendimento pré-hospitalar (b)	Total
<u>Custo do direito de uso</u>			
Saldo em 20 de maio de 2024	-	-	-
(+) Adições (Nota 17)	5.514	18.246	23.760
Saldo em 30 de setembro de 2024	5.514	18.246	23.760
<u>Amortização acumulada</u>			
Saldo em 20 de maio de 2024	-	-	-
(-) Amortização	(276)	(912)	(1.188)
Saldo em 30 de setembro de 2024	(276)	(912)	(1.188)
<u>Direito de uso líquido</u>			
Saldo em 20 de maio de 2024	-	-	-
Saldo em 30 de setembro de 2024	5.238	17.334	22.572
Taxas de amortização - a.a.	20%	20%	

(a) Refere-se à locação de guinchos para operação na rodovia;
(b) Refere-se à locação de ambulâncias para atendimento pré-hospitalar.

EPR Via Mineira S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais
Período findo em 30 de setembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Imobilizado

	<u>Equipamentos de informática</u>	<u>Máquinas e equipamentos</u>	<u>Imobilizado em andamento</u>	<u>Total</u>
<u>Custo do imobilizado</u>				
Saldo em 20 de maio de 2024	-	-	-	-
(+) Adições	2.590	110	19	2.719
Saldo em 30 de setembro de 2024	2.590	110	19	2.719
<u>Depreciação acumulada</u>				
Saldo em 20 de maio de 2024	-	-	-	-
(-) Depreciação	(5)	(1)	-	(6)
Saldo em 30 de setembro de 2024	(5)	(1)	-	(6)
<u>Imobilizado líquido</u>				
Saldo em 20 de maio de 2024	-	-	-	-
Saldo em 30 de setembro de 2024	2.585	109	19	2.713
Taxas de depreciação - a.a.	20%	10%		

11. Infraestrutura em construção

	<u>Intangível em andamento (i)</u>	<u>Total</u>
Saldo em 20 de maio de 2024	-	-
(+) Adições	48.710	48.710
(-) Transferências para Intangível (Nota 12)	(10.932)	(10.932)
Saldo em 30 de setembro de 2024	37.778	37.778

(i) Refere-se a obras de serviços iniciais, conforme previsto no Programa de Exploração de Rodovias ("PER").

12. Intangível

	<u>Intangível em rodovias – obras e serviços (a)</u>	<u>Software</u>	<u>Total</u>
<u>Custo do intangível</u>			
Saldo em 20 de maio de 2024	-	-	-
(+) Adições	-	303	303
(+) Transferências de Infraestrutura em Construção (Nota 11)	10.932	-	10.932
Saldo em 30 de setembro de 2024	10.932	303	11.235
<u>Amortização acumulada</u>			
Saldo em 20 de maio de 2024	-	-	-
(-) Amortização	(22)	(5)	(27)
Saldo em 30 de setembro de 2024	(22)	(5)	(27)
<u>Intangível líquido</u>			
Saldo em 20 de maio de 2024	-	-	-
Saldo em 30 de setembro de 2024	10.910	298	11.208
Taxas de amortização - a.a.	3,33%	20%	

(a) Refere-se a obras de serviços iniciais, conforme previsto no PER, bem como a construção das praças de pedágios, sendo amortizados pela curva de tráfego até o final do período da concessão.

EPR Via Mineira S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais
Período findo em 30 de setembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de testar o *impairment* dos bens com vida útil definida em 30 de setembro de 2024.

13. Partes relacionadas

No período findo em 30 de setembro de 2024 os saldos com partes relacionadas referem-se a rateio de despesas com gastos administrativos entre Companhias do mesmo grupo econômico, vide quadro abaixo:

	<u>30.09.2024</u>
Ativo circulante	
Concessionária Rodovias do Triângulo SPE S.A.	31
Concessionária Rodovias do Sul de Minas SPE S.A.	51
Total	<u>82</u>
Passivo circulante	
Concessionária Rodovias do Sul de Minas SPE S.A.	434
EPR 2 Participações S.A.	367
Concessionária Rodovias do Café SPE S.A.	168
EPR Litoral Pioneiro S.A.	58
Concessionária Rodovias do Triângulo SPE S.A.	11
Total	<u>1.038</u>

Remuneração da administração

No período findo em 30 de setembro de 2024, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 261 referente a remuneração dos administradores. Os administradores estão sujeitos a remuneração por participação nos resultados de acordo com suas métricas. Os administradores não obtiveram empréstimos à Companhia, tampouco possuem benefícios indiretos, benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho e remuneração baseada em ações.

14. Fornecedores

Em 30 de setembro de 2024 o saldo de R\$ 29.626, refere-se a fornecedores e prestadores de serviços, além de cauções contratuais de fornecedores e prestadores de serviços registrados de acordo com as condições estabelecidas em contrato prevendo retenção de 5% do valor dos serviços. Esses saldos estão relacionados predominantemente à concessão e incluem gastos com itens relacionados a operação e imobilizado da Companhia, bem como execução de obras na rodovia.

15. Obrigações sociais

	<u>30.09.2024</u>
Provisão de férias e 13º salário	858
Provisão de participação nos lucros	714
Salários e encargos sociais	690
Total	<u>2.262</u>

EPR Via Mineira S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais
Período findo em 30 de setembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Obrigações fiscais

	<u>30.09.2024</u>
IRPJ a recolher	9.384
CSLL a recolher	3.380
ISS a recolher	2.299
Contribuição para financiamento da seguridade social – COFINS	1.037
INSS a recolher	224
Programa de integração social – PIS	222
Tributos federais retidos	204
Imposto de renda retido na fonte – IRRF	60
Total	<u>16.810</u>

17. Arrendamento mercantil a pagar

	<u>30.09.2024</u>		
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>
Saldo inicial	-	-	-
(+) Adições (Nota 9)	5.950	17.810	23.760
(+) Ajuste a valor presente – AVP (Nota 22)	187	-	187
(-) Pagamentos	(495)	-	(495)
Saldo final	<u>5.642</u>	<u>17.810</u>	<u>23.452</u>

Ano de vencimento:

	<u>30.09.2024</u>
2025	1.329
2026	5.015
2027	4.564
2028	4.154
2029	2.748
Total	<u>17.810</u>

18. Credores pela concessão

	<u>30.09.2024</u>
Verba de segurança no trânsito (a)	519
Recurso para desenvolvimento tecnológico (b)	166
Recursos vinculados (c)	1.872
Total	<u>2.557</u>
Circulante	685
Não circulante	1.872
Total	<u>2.557</u>

EPR Via Mineira S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais
Período findo em 30 de setembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (a) Em conformidade com as disposições do contrato de concessão, a Companhia mantém provisionada a verba de segurança no trânsito, conforme determinado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”). Esta verba será utilizada exclusivamente para financiar programas de prevenção de acidentes, educação no trânsito e comunicação. A ANTT definirá a forma e o momento em que a Companhia deverá disponibilizar os recursos anuais para a segurança no trânsito.
- (b) Em conformidade com as disposições do contrato de concessão, a Companhia mantém provisionados os recursos para desenvolvimento tecnológico (“RDT”). Os produtos e estudos decorrentes da aplicação dos RDT serão considerados bens da concessão. A ANTT poderá indicar temática a ser desenvolvida com os recursos para desenvolvimento tecnológico.
- (c) Conforme estabelecido no contrato de concessão, os recursos vinculados são um mecanismo de proteção da concessão mantido ao longo de todo contrato de concessão em aplicação financeira de movimentação exclusiva autorizada pelo poder concedente. O saldo é referente à obrigação de 3% sobre a receita de serviços prestados.

Conforme decisão do poder concedente, a utilização será destinada exclusivamente às seguintes finalidades:

- i. Compensações decorrentes do desconto de usuário frequente;
- ii. Recomposições do equilíbrio econômico-financeiro da concessão; e
- iii. Pagamento de indenizações em função da extinção da concessão.

É vedado à Companhia a utilização dos valores para lastrear a prestação de fiança, aval ou qualquer outra forma de garantia.

19. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 30 de setembro de 2024, o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 340.000, integralizado parcialmente pelo valor de R\$ 173.000, conforme demonstrado a seguir.

Sócios	30.09.2024			
	Tipo de Ação	Quantidade de ações	Valor	%
EPR Infraestrutura MG S.A.	Ordinárias	340.000.100	173.000	100,00%

Em 20 de maio de 2024, a Companhia foi constituída com a subscrição de 100 (cem) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, emitidas por R\$ 1,00 (um real) por ação, perfazendo o total de R\$ 100,00 (cem reais), e a integralização do valor total dessas ações pelos acionistas.

Em 11 de junho de 2024, foram subscritas 340.000.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, emitidas por R\$ 1,00 (um real) por ação, perfazendo o total de R\$ 340.000. O valor parcialmente integralizado no capital social foi de R\$ 173.000.

Conforme definido no contrato de concessão, a Companhia tem o compromisso de aportar o restante do valor a integralizar até 04 de julho de 2025, 12 meses após o início das operações.

EPR Via Mineira S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais
Período findo em 30 de setembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Receita operacional líquida

	20.05.2024 a 30.09.2024	01.07.2024 a 30.09.2024
Receitas operacionais		
Receita de serviços prestados	62.400	62.400
Receita dos serviços de construção (Nota 11)	48.710	38.192
Receita bruta	111.110	100.592
Deduções da receita bruta		
Impostos sobre receita de serviços prestados	(5.315)	(5.315)
Receita operacional líquida	105.795	95.277

21. Custos e despesas por natureza

	20.05.2024 a 30.09.2024	01.07.2024 a 30.09.2024
Custos e despesas		
Custo dos serviços de construção (Nota 20)	(48.710)	(38.192)
Com pessoal	(5.462)	(5.327)
Serviço de terceiros	(4.804)	(4.783)
Seguros e garantias	(1.062)	(1.062)
Conservação	(359)	(359)
Depreciação e amortização	(1.221)	(1.215)
Verba de fiscalização	(3.275)	(3.275)
Aluguel	(113)	(95)
Outros	(846)	(852)
Total	(65.852)	(55.160)
Custo dos serviços prestados	(60.879)	(50.361)
Despesas gerais e administrativas	(4.973)	(4.799)
Total	(65.852)	(55.160)

22. Resultado financeiro

	20.05.2024 a 30.09.2024	01.07.2024 a 30.09.2024
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	3.744	3.636
Total	3.744	3.636
Despesas financeiras		
Ajuste a valor presente (Nota 17)	(187)	(187)
Encargos financeiros	(16)	(16)
Outras despesas financeiras	(230)	(226)
Total	(433)	(429)
Resultado financeiro	3.311	3.207

EPR Via Mineira S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais
Período findo em 30 de setembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Resultado por ação

	20.05.2024 a 30.09.2024	01.07.2024 a 30.09.2024
Resultado atribuível aos acionistas da Companhia	28.522	28.568
Média ponderada das ações ordinárias integralizadas (em milhares)	144.597	173.000
Resultado básico e diluído por ação – R\$	0,1973	0,1651

24. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Visão Geral

A Companhia está exposta aos seguintes riscos:

Risco de crédito; Risco de liquidez; e Risco de mercado.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia sobre cada um dos riscos supramencionados e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia.

Estrutura de gerenciamento de risco

A diretoria é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia, e os gestores de cada área se reportam regularmente à diretoria sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de risco e sistemas são revistas regularmente para refletirem mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

Risco de crédito

A Companhia visando minimizar os riscos de créditos atrelados as instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito como segue:

	30.09.2024
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	164.501
Contas a receber clientes (Nota 5)	24.719
Valores a receber do poder concedente (Nota 6)	427
Partes relacionadas (Nota 13)	82
Recursos vinculados (Nota 8)	1.310
Total	191.039

EPR Via Mineira S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais
Período findo em 30 de setembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações nos vencimentos, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez da Companhia.

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas, empréstimos bancários e debêntures.

	Até 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos	Total
Fornecedores (Nota 14)	29.626	-	-	29.626
Arrendamento mercantil a pagar (Nota 17)	5.642	17.810	-	23.452
Credores pela concessão (Nota 18)	685	-	1.872	2.557
Verba de fiscalização	713	-	-	713
Total	36.666	17.810	1.872	56.348

Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta a riscos e oscilações de taxas de juros em suas aplicações financeiras.

Na data das informações trimestrais, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

Operação	Exposição	Risco	Taxa de juros	Cenário I (provável)	Cenário II (+25%)	Cenário III (+50%)	Cenário IV (-25%)	Cenário V (-50%)
Ativo financeiro								
Aplicações financeiras (Nota 4)	163.718	Variação do CDI	11,06%	18.107	22.634	27.161	13.580	9.054

A diretoria da Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a diretoria adotou para o cenário provável para os próximos 12 meses as mesmas taxas utilizadas na data das informações contábeis intermediárias. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente para os próximos 12 meses, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente para os próximos 12 meses, das taxas no cenário provável.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

EPR Via Mineira S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais
Período findo em 30 de setembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Gerenciamento do capital

A gestão de capital da Companhia é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno e o risco para quotistas e credores.

Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros

No quadro a seguir, apresentamos os valores contábeis e justos, bem como a classificação e a hierarquia dos instrumentos financeiros:

	<u>Classificação</u>	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor justo</u>
Ativo			
Caixa e equivalentes caixa (Nota 4)	2	164.501	164.501
Contas a receber clientes (Nota 5)	2	24.719	24.719
Valores a receber do poder concedente (Nota 6)	2	427	427
Partes relacionadas (Nota 13)	2	82	82
Recursos vinculados (Nota 8)	2	1.310	1.310
Total		191.039	191.039
Passivo			
Fornecedores (Nota 14)	2	29.626	29.626
Arrendamento mercantil a pagar (Nota 17)	2	23.452	23.452
Partes relacionadas (Nota 13)	2	1.038	1.038
Credores pela concessão (Nota 18)	2	2.557	2.557
Verba de fiscalização	2	713	713
Total		57.386	57.386

A Classificação dos instrumentos financeiros mencionados no quadro acima, tem a seguinte definição:

Classificação 1 – Mensurados a valor justo por meio de resultado

Classificação 2 – Custo amortizado

25. Garantias e seguros

A Companhia, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e política interna de gestão de riscos, a Companhia mantém vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e dos bens que integram a concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários, todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

EPR Via Mineira S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais
Período findo em 30 de setembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 30 de setembro de 2024, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Riscos cobertos	Vigência		Limites de indenização
	Início	Vencimento	
Seguro garantia	24/06/2024	24/08/2025	271.247
Riscos operacionais	24/06/2024	24/08/2025	42.000
Responsabilidade civil geral	24/06/2024	24/08/2025	30.000

26. Compromissos

A Companhia tem compromissos vinculados ao contrato de concessão, que se dividem em etapas (“Frentes”). Os compromissos se relacionam a metas, critérios, requisitos, intervenções obrigatórias, diretrizes técnicas, normas, escopo, parâmetros de desempenho, parâmetros técnicos e os respectivos prazos para seu atendimento, dividido nas Frentes, são:

- Frente de serviços iniciais – Até o 1º ano de concessão;
- Frente de recuperação e manutenção – Do 2º ao 5º ano de concessão;
- Frente de ampliação de capacidade – Do 3º ao 7º ano de concessão;
- Manutenção de nível de serviço – Do 6º ao 30º ano de concessão.

Além do estabelecido acima, a Companhia também possui as seguintes obrigações:

- Verba de fiscalização: verba mensal destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão exercida pelo poder concedente. O montante será atualizado anualmente pelo IRT (índice de reajuste da atualização da tarifa de pedágio).
- Recursos vinculados: parcela retida da receita bruta da Companhia em favor do poder concedente.
- Recursos para desenvolvimento tecnológico (RDT): recurso anual destinado a projetos e estudos que visem ao desenvolvimento tecnológico, relativos ao objeto da concessão, conforme previsto na regulamentação da ANTT. O montante será atualizado anualmente pelo IRT (índice de reajuste da atualização da tarifa de pedágio).
- Verba de segurança de trânsito: verba anual para segurança no trânsito, destinada exclusivamente ao custeio de programas relacionados à prevenção de acidentes, educação no trânsito e comunicação. O montante será atualizado anualmente pelo IRT (índice de reajuste da atualização da tarifa de pedágio).

Por fim, a Companhia deverá manter, em favor da ANTT, como garantia do fiel cumprimento das obrigações contratuais, a garantia de execução do contrato nos montantes indicados na tabela abaixo:

Período	Valor
Do início do prazo do contrato até o 7º ano de concessão	261.000(*)
Do 8º ano de concessão até o 27º ano de concessão	130.000
Do 28º ano de concessão até o final da concessão	261.000

(*) O valor do seguro garantia deve ser atualizado pelo índice IRT/IPCA anualmente, conforme previsto no contrato de concessão junto a ANTT.

EPR Via Mineira S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais
Período findo em 30 de setembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Transações que não afetaram caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2) / IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações que não afetaram caixa no período findo em 30 de setembro de 2024 estão apresentadas nas rubricas abaixo:

	<u>30.09.2024</u>
Aquisição de infraestrutura em construção/fornecedores	(24.748)
Direito de uso (Nota 9)	23.760